

JORGE DUARTE PINHEIRO

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Agregado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

O DIREITO DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO

.....

7.^A EDIÇÃO

 GESTLEGAL

ÍNDICE GERAL

Siglas e Abreviaturas	7
INTRODUÇÃO	11
1. Noção e objecto do Direito da Família	13
1.1. A família em sentido jurídico.....	13
1.2. O alargamento do objecto do Direito da Família	17
2. O Direito da Família enquanto ramo do Direito Civil	19
2.1. O Direito da Família enquanto Direito	19
2.2. O Direito da Família na dicotomia Direito Público-Direito Privado	21
3. Plano, fontes e bibliografia	25
3.1. Plano de leccionação do Direito da Família	25
3.2. Fontes do Direito civil da Família	28
3.3. Bibliografia geral da disciplina de Direito da Família.....	32
4. A demanda do critério de relação jurídica familiar	34
4.1. O elenco legal de fontes de relações jurídicas familiares.....	34
4.2. A qualificação como relação jurídica familiar	35
4.3. Referência genérica ao casamento e à adopção	36
5. O parentesco	38
5.1. Noção de parentesco; graus e linhas.....	38
5.2. Efeitos do parentesco	39
5.3. Extinção do vínculo de parentesco.....	41

6. A afinidade	42
6.1. Noção de afinidade; graus e linhas.....	42
6.2. Efeitos e extinção do vínculo de afinidade.....	42
7. A hipótese de relações jurídicas familiares inominadas	45
7.1. A identificação do critério de relação jurídica familiar	45
7.2. Relações familiares inominadas e relações parafamiliares	46
8. A obrigação de alimentos enquanto efeito das relações familiares e para-familiares.....	50
8.1. A importância da obrigação de alimentos no Direito da Família	50
8.2. Natureza e regime da obrigação de alimentos	50
9. Características do Direito da Família.....	58
9.1. Permeabilidade à realidade social	58
9.2. Crescente internacionalização.....	61
9.3. Prevalência da dimensão pessoal sobre a patrimonial.....	62
9.4. Recurso a conceitos indeterminados.....	63
9.5. Profusão de normas injuntivas.....	63
9.6. Oscilação entre institucionalismo e individualismo ético.....	64
9.7. Lógica de protecção.....	65
9.8. Grande abertura ao uso da mediação e de outros métodos alternati-vos de resolução de conflitos.....	65
10. Características das situações jurídicas familiares.....	69
10.1. Enunciado.....	69
10.2. Natureza estatutária	69
10.3. Indisponibilidade.....	69
10.4. Durabilidade virtual.....	70
10.5. Funcionalidade acentuada.....	70
10.6. Oponibilidade erga omnes	71
10.7. Tipicidade	72
10.8. O problema da garantia.....	72
11. O regime constitucional das matérias que são objecto do Direito da Família	75
11.1. Normas da Constituição da República Portuguesa com relevo jusfamiliar	75
11.2. Princípios constitucionais aplicáveis à generalidade das matérias que são objecto do Direito da Família, fundados em normas preceptivas.....	76
11.3. Princípios constitucionais de Direito Matrimonial, fundados em nor-mas preceptivas.....	79
11.4. Princípios constitucionais de Direito da Filiação, fundados em nor-mas preceptivas.....	82

11.5. Princípios de protecção consagrados em normas programáticas.....	85
12. O Direito Europeu da Família.....	86
12.1. Os três níveis.....	86
12.2. Uniformização e unificação do Direito da Família no território da União Europeia.....	87
12.3. Regulamentos com incidência familiar.....	91
12.4. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH)	96
PARTE I	
DIREITO DA FILIAÇÃO	103
Capítulo I — Constituição do vínculo de filiação	105
Secção I — Noção e modalidades de filiação	105
13. Noção de filiação.....	105
14. Modalidades de filiação.....	114
15. Critério biológico e critério social ou “afectivo”	115
Secção II — Estabelecimento da filiação, no caso de procriação através de acto sexual.....	119
16. A distinção entre estabelecimento da maternidade e estabelecimento da paternidade	119
17. Estabelecimento da maternidade	121
17.1. Enunciado de modos de estabelecimento da maternidade	121
17.2. Declaração de maternidade	122
17.3. Reconhecimento judicial da maternidade.....	127
17.4. A averiguação oficiosa da maternidade.....	130
18. Estabelecimento da paternidade	133
18.1. Enunciado de modos de estabelecimento da paternidade	133
18.2. A distinção entre filiação dentro e fora do casamento.....	135
18.3. O momento da concepção	137
18.4. A presunção de paternidade.....	138
18.5. A perfilhação.....	142
18.6. O reconhecimento judicial da paternidade	147
18.7. A averiguação oficiosa da paternidade.....	165
Secção III — Constituição da adopção	168
19. Noção e modalidades de adopção	168
19.1. Noção de adopção.....	168

	•	
19.2. Modalidades de adopção		173
20. Requisitos da adopção interna		175
20.1. Enunciado de requisitos		175
20.2. Requisitos quanto ao adoptando		175
20.3. Requisitos quanto ao adoptante		176
20.4. Requisitos quanto à relação entre o adoptando e o adoptante		179
20.5. Requisitos da adopção quanto a terceiros		182
20.6. Requisitos da adopção quanto a terceiros (cont.): o consentimento dos pais do adoptando.....		183
20.7. Observações finais.....		184
21. O processo de adopção interna		184
22. A proibição de constituição e prova do vínculo de filiação biológica		188
23. Segredo da identidade e acesso ao conhecimento das origens		189
24. A adopção internacional.....		191
24.1. A adopção internacional de crianças residentes em Portugal		191
24.2. A adopção internacional de crianças residentes no estrangeiro		192
Secção IV — Constituição da filiação, no caso de procriação medicamente assistida		193
25. Particularidades da constituição do vínculo de filiação decorrente de PMA.....		193
26. A procriação medicamente assistida (PMA).....		194
26.1. Noção de PMA		194
26.2. Técnicas de procriação medicamente assistida.....		196
26.3. Enunciado de questões suscitadas pela procriação medicamente assistida.....		199
26.4. A legislação sobre procriação medicamente assistida.....		199
26.5. Motivos legítimos de recurso à procriação medicamente assistida		204
26.6. Os beneficiários do acesso à procriação assistida		206
26.7. A admissibilidade dos processos heterólogos		210
26.8. O anonimato do dador		213
26.9. A gestação ou maternidade de substituição		216
26.10. A procriação assistida post mortem.....		232
26.11. O destino dos embriões excedentários.....		232
27. A filiação na PMA		235
27.1. Biologia e consentimento na filiação decorrente de PMA.....		235
27.2. A filiação por PMA heteróloga		236
27.3. A filiação decorrente de PMA ilícita.....		241
	•	

•	
Capítulo II — Efeitos da filiação	245
Secção I — Generalidades	245
28. As condições de eficácia da filiação	245
29. O momento de produção dos efeitos da filiação	246
30. O princípio da não distinção quanto aos efeitos da filiação.....	247
30.1. Proibição de discriminação	247
30.2. Tendencial sujeição das outras modalidades de filiação ao regime de eficácia previsto para a filiação biológica.....	247
31. Ordem subsequente.....	247
Secção II — Efeitos gerais da filiação	248
32. Deveres paternofiliais	248
32.1. A enumeração legal de deveres paternofiliais	248
32.2. O dever de respeito	249
32.3. O dever de auxílio	249
32.4. O dever de assistência	249
32.5. Conexão com o Direito Tutelar	252
32.6. Caracteres dos deveres paternofiliais e das situações jurídicas acti-vas correspondentes	253
32.7. Articulação dos deveres fundados em diversas relações familiares a que esteja vinculado o mesmo titular.....	253
33. Outros efeitos gerais da filiação	254
33.1. O nome do filho.....	254
33.2. A nacionalidade do filho.....	258
33.3. A entrada e permanência no território português	258
Secção III — As responsabilidades parentais.....	259
34. Noções	259
34.1. Conceito de responsabilidades parentais.....	259
34.2. Caracteres das responsabilidades parentais.....	262
34.3. Natureza jurídica das responsabilidades parentais.....	266
34.4. O registo das decisões relativas às responsabilidades parentais	270
35. Conteúdo das responsabilidades parentais	270
35.1. Enunciado de situações jurídicas compreendidas nas responsabili-dades parentais	270
•	

	•	
35.2.	O poder-dever de guarda	271
35.3.	O poder-dever de dirigir a educação	273
35.4.	O dever de prover ao sustento	275
35.5.	O poder-dever de representação.....	276
35.6.	O poder-dever de administração dos bens.....	277
35.7.	O dever de obediência e a autonomia da criança.....	278
36.	Exercício das responsabilidades parentais	280
36.1.	Exercício em comum das responsabilidades parentais e exercício por um só dos pais; hipóteses de exercício por terceiro	280
36.2.	Particularidades do exercício das responsabilidades parentais nos casos de progenitores que nunca viveram juntos, que se divorciaram ou se separaram	285
37.	Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	304
37.1.	Preliminares	304
37.2.	Inibição do exercício das responsabilidades parentais.....	305
37.3.	Limitações ao exercício das responsabilidades parentais.....	307
38.	Meios de suprimento das responsabilidades parentais	309
38.1.	Preliminares	309
38.2.	Tutela	310
38.3.	Administração de bens.....	312
Capítulo III — Extinção do vínculo de filiação.....		315
39.	Enunciado de modos de extinção do vínculo de filiação	315
Secção I — Extinção retroactiva do vínculo de filiação		316
40.	Extinção retroactiva da filiação decorrente de acto sexual	316
40.1.	Extinção retroactiva da maternidade estabelecida	316
40.1.1.	Impugnação da maternidade.....	316
40.1.2.	Invalidez e caducidade da declaração de maternidade	317
40.2.	Extinção retroactiva da paternidade estabelecida	317
40.2.1.	Impugnação da paternidade	317
40.2.2.	Impugnação, invalidez e caducidade da perfilhação	323
41.	Extinção retroactiva da filiação adoptiva	326
	•	

	•	
42. Extinção retroactiva da filiação decorrente de PMA		327
Secção II — Extinção não retroactiva do vínculo de filiação.....		329
43. A extinção por morte do vínculo de filiação.....		329
44. Outros casos de extinção não retroactiva		331
PARTE II		
DIREITO TUTELAR		333
Capítulo I — Protecção de crianças e jovens em perigo		
45. A protecção das crianças		335
45.1. A protecção das crianças em geral.....		335
45.2. A protecção civil das crianças		337
46. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo		338
46.1. O significado da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo		338
46.2. Articulação entre a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, a Lei Tutelar Educativa e o Regime Geral de Processo Tutelar Cível		340
47. A intervenção para protecção da criança e do jovem em perigo.....		341
47.1. O pressuposto da situação de perigo.....		341
47.2. Princípios orientadores da intervenção		342
47.3. Comunicação de situações de crianças e jovens em perigo.....		342
47.4. Competência para intervir.....		343
48. Medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e dos jovens em perigo.....		345
48.1. Enumeração.....		345
48.2. Classificações		346
48.3. Prioridade a observar na aplicação das medidas de promoção e protecção		347
48.4. Medidas de promoção e protecção em especial.....		348
48.5. Os acordos de promoção e protecção.....		351
48.6. Execução, duração, revisão e cessação das medidas de promoção e protecção		352
48.7. O processo.....		354
Capítulo II — O apadrinhamento civil.....		
49. O contexto do instituto		357
50. Noção de apadrinhamento civil		359

51. Constituição do apadrinhamento civil	360
52. Efeitos do apadrinhamento civil.....	363
53. Extinção do apadrinhamento civil	365
54. Natureza jurídica do apadrinhamento civil.....	367
Capítulo III — Protecção dos idosos	369
55. A protecção constitucional dos idosos.....	369
56. A protecção civil dos idosos	369
56.1. A insuficiência da protecção civil dos idosos.....	369
56.2. Os deveres filiais enquanto instrumentos de protecção	372
56.3. O acolhimento familiar de pessoas idosas.....	373
56.4. A necessidade de uma mudança	374
PARTE III	
DIREITO MATRIMONIAL	377
Capítulo I — Constituição do vínculo matrimonial.....	379
57. Noção e modalidades do casamento.....	379
57.1. Noção de casamento civil.....	379
57.2. Modalidades do casamento.....	382
58. Promessa de casamento	385
58.1. Noção e requisitos da promessa de casamento.....	385
58.2. Efeitos	386
59. Requisitos de fundo do casamento civil	388
59.1. O desaparecimento do requisito da heterossexualidade (“possibilidade legal”).....	388
59.2. Capacidade.....	394
59.2.1. Os impedimentos matrimoniais em geral	394
59.2.2. Impedimentos dirimentes.....	395
59.2.3. Impedimentos impiedentes.....	402
59.3. Consentimento	407
59.3.1. Os requisitos do consentimento matrimonial	407
59.3.2. Casamento por procuração.....	408
59.3.3. Falta de vontade negocial e divergências entre a vontade e a declaração	410
59.3.4. Erro-vício e coacção moral	411

•	
60. Formalidades do casamento civil	413
60.1. A solenidade do casamento.....	413
60.2. Formalidades do casamento civil celebrado por forma civil	414
60.3. O registo do casamento	417
60.4. Formalidades do casamento civil celebrado por forma religiosa.....	419
60.5. Casamento urgente	421
60.6. Casamento de portugueses no estrangeiro e de estrangeiros em Portugal	423
61. Casamento católico.....	425
61.1. O casamento católico enquanto modalidade autónoma do casamento	425
61.2. Formalidades civis do casamento católico.....	428
Capítulo II — Efeitos do casamento	433
Secção I — Generalidades	433
62. O <i>status</i> ou estado de casado.....	433
63. O princípio da igualdade dos cônjuges.....	437
64. Os acordos sobre a orientação da vida em comum.....	438
65. A tutela da personalidade no casamento e a ideia do núcleo intangível da comunhão conjugal	440
Secção II — Deveres dos cônjuges	443
66. A centralidade e dificuldade da matéria dos deveres conjugais	443
67. O dever de respeito	445
68. O dever de fidelidade.....	446
69. O dever de coabitação	448
70. O dever de cooperação	451
71. O dever de assistência.....	453
72. Características dos deveres conjugais e das situações jurídicas activas correspondentes.....	461
Secção III — Efeitos do casamento no domínio do nome, da filiação, da nacionalidade, da entrada e permanência no território português.....	469
73. O apelido dos cônjuges.....	469
74. A filiação na constância do matrimónio	471
75. Casamento, nacionalidade, entrada e permanência no território português	474
Secção IV — Efeitos predominantemente patrimoniais do casamento.....	476
76. Preliminares	476
77. Convenções antenupciais	477
77.1. Noção de convenção antenupcial.....	477
77.2. O conteúdo da convenção antenupcial	478
•	

77.3. A capacidade para celebrar convenções antenupciais	486
77.4. Forma e registo da convenção.....	488
77.5. Revogação e modificação da convenção	489
77.6. Invalidez e caducidade da convenção.....	491
78. Doações para casamento	493
78.1. Noção e espécies	493
78.2. Regime	494
79. Efeitos do casamento no campo do activo patrimonial	498
79.1. O regime de bens	498
79.1.1. Noção	498
79.1.2. Classificações	499
79.1.3. A comunhão conjugal de bens	503
79.1.4. O regime da comunhão de adquiridos.....	506
79.1.5. O regime da comunhão geral de bens.....	514
79.1.6. O regime da separação de bens	515
79.1.7. Regimes atípicos	517
79.2. A modificação superveniente do regime de bens.....	520
79.3. A administração dos bens do casal.....	524
79.3.1. A titularidade dos poderes de administração.....	524
79.3.2. Regime do exercício da administração conjugal.....	535
79.3.3. Providências administrativas.....	542
79.3.4. Contas bancárias singulares.....	543
79.4. Disposição dos bens do casal	547
79.4.1. Poderes de disposição	547
79.4.2. Poderes de disposição em vida sobre a generalidade dos bens móveis	547
79.4.3. Poderes de disposição em vida sobre a generalidade dos bens imó-	549
veis e sobre o estabelecimento comercial.....	549
79.4.4. Poderes de disposição sobre a casa de morada da família.....	551
79.4.5. Poderes de disposição em vida quanto ao direito de aceitar ou	552
rejeitar aquisições a título gratuito.....	552
79.4.6. Consentimento conjugal	553
79.4.7. Ilegitimidades conjugais.....	553
79.4.8. Poderes de disposição por morte	555
80. Efeitos do casamento no campo do passivo patrimonial	555
80.1. Legitimidade dos cônjuges para contrair dívidas	555
80.2. Responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas contraídas.....	556

	•	
80.3.	Bens que respondem pelas dívidas dos cônjuges.....	561
80.4.	Compensações devidas pelo pagamento das dívidas do casal.....	563
81.	A partilha dos bens comuns do casal	564
81.1.	Noção e pressupostos.....	564
81.2.	O contrato-promessa de partilha e a partilha, antes da cessação das relações patrimoniais dos cônjuges ou da separação superveniente de bens.....	566
81.3.	A situação dos bens no período que decorre entre a cessação das relações patrimoniais dos cônjuges, ou separação superveniente de bens, e a partilha	568
81.4.	Formas de partilha.....	568
81.5.	As operações da partilha	569
82.	Os contratos entre cônjuges	574
82.1.	As doações entre casados	574
82.2.	Outros contratos entre os cônjuges	577
Secção V — Efeitos do casamento em situações de ruptura da vida em comum.....		581
83.	A separação de facto	581
83.1.	Noção de separação de facto	581
83.2.	Efeitos da separação de facto	582
84.	A separação de pessoas e bens	586
84.1.	Noção e natureza da separação de pessoas e bens	586
84.2.	Efeitos da separação de pessoas e bens	587
84.3.	Causas de cessação da separação de pessoas e bens.....	589
Capítulo III — Extinção do vínculo matrimonial		593
85.	Enunciado	593
Secção I — Invalidade do casamento		593
86.	Valores negativos do casamento civil.....	593
86.1.	Enunciado	593
86.2.	Inexistência	594
86.3.	Anulabilidade.....	595
87.	A nulidade do casamento católico	596

88. Casamento putativo.....	598
88.1. Noção e natureza jurídica.....	598
88.2. Requisitos gerais do casamento putativo.....	598
88.3. Regime geral de eficácia putativa	599
88.4. Casos especiais de eficácia putativa.....	601
Secção II — Dissolução por morte	602
89. Efeitos da dissolução por morte	602
Secção III — Divórcio	604
90. Generalidades	604
90.1. Noção de divórcio; evolução histórica do respectivo regime.....	604
90.2. Modalidades de divórcio	607
90.3. O direito ao divórcio	608
91. Divórcio por mútuo consentimento	609
91.1. Pressupostos	609
91.2. Processo	610
92. Divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (ou divórcio litigioso em sentido restrito)	613
92.1. Causas.....	613
92.2. Processo	615
92.3. Apreciação do sistema português de causas de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (ou divórcio litigioso em sentido restrito)....	616
93. Efeitos do divórcio	617
93.1. O princípio da equiparação do divórcio à dissolução por morte.....	617
93.2. Oponibilidade dos efeitos do divórcio	618
93.3. Explicitação dos efeitos específicos do divórcio	619
93.4. O destino da casa de morada da família	623
93.5. Apreciação do regime português dos efeitos do divórcio	630
Secção IV — Outros casos de dissolução do casamento, além da morte e do divórcio	632
94. Enunciado	632
95. Celebração de novo casamento, após a declaração de morte presumida.	632
96. Mudança de sexo: de causa atípica de dissolução do casamento a possível fundamento de divórcio.....	633
97. Dispensa do casamento rato e não consumado	635

•

PARTE IV	
DIREITO CONVIVENCIAL.....	637
Capítulo I — Constituição da união de facto	639
98. Noção de união de facto	639
99. Modalidades de união de facto	640
100. Requisitos da união de facto protegida.....	641
Capítulo II — Efeitos da união de facto	647
101. Efeitos gerais da união de facto.....	647
102. Efeitos específicos da união de facto protegida.....	651
Capítulo III — Cessaçãõ da união de facto.....	655
103. Causas de cessaçãõ da união de facto	655
104. A liquidaçãõ dos interesses patrimoniais.....	656
105. Efeitos específicos da cessaçãõ da união de facto protegida	658
105.1. Efeitos da cessaçãõ por morte.....	658
105.2. Efeitos da cessaçãõ por ruptura ou casamento de um dos membros da união de facto com terceiro.....	668
Capítulo IV — A convivência em economia comum	673
106. Noção e modalidades de convivência em economia comum.....	673
107. Efeitos específicos da convivência em economia comum protegida	675
Capítulo V — Natureza jurídica da união de facto e da convivência em economia comum.....	679
108. A união de facto enquanto figura que se aproxima mais da convivência em economia comum do que da união conjugal.....	679
109. A união de facto e a convivência em economia comum protegidas enquanto relações parafamiliares.....	681
110. A união de facto e a convivência em economia comum protegidas enquanto relações emergentes de actos jurídicos	684
Capítulo VI — União sem comunhão de habitação (LAT)?	687
111. A união sem comunhão de habitação.....	687
REFLEXÃO FINAL.....	689
112. Reflexão final	691

ÍNDICES

•

BIBLIOGRAFIA.....	697
ÍNDICES	709
Índice de assuntos	711
Índice geral.....	737

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt